

## DO VALOR DA DIGNIDADE: CONQUISTA E AUTONOMIA

### O papel da Educação intergeracional como factor de mudança

*Cristina Palmeirão*

Faculdade de Educação e Psicologia – Universidade Católica Portuguesa

**Sumário:** A construção e a promoção da dignidade humana é um processo complexo de conquistas intemporais e uma questão social (grave) reanimada pelas (muitas) desumanidades perpetradas em grupos e/ou pessoas em situação de fragilidade. Mais ainda quando num mundo sem distâncias a circulação acelerada das novas sociedades origina situações de vida fragmentada e lugares sem memória onde impera o medo e um mundo regrado pelo efêmero e por laços relacionais frágeis e delicados. Com efeito, a maneira como as pessoas se comportam umas com as outras e cada uma delas consigo própria, exige e obriga uma responsabilidade (e esforço) em prol de um devir saudável das novas gerações. Neste seguimento, a educação intergeracional assume um importante papel na luta pela inclusão e pelo irromper de uma nova atitude em proveito de uma maior dignidade humana e do reatar laços de solidariedade intergeracionais.

#### 1. Pobreza(s) da nossa era

Hoje mesmo (Abril de 2009) os noticiários registam que em Portugal a pobreza está, em maior escala, nas pessoas idosas e em muitas das famílias onde um dos membros do agregado está em situação de desemprego. Uma realidade e uma preocupação a que a ONU deu visibilidade, ao constituir como desígnio primeiro do desenvolvimento para o Milénio, a indispensabilidade de “libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos actualmente mais de 1000 milhões de seres humanos” [On-line], <http://www.ipad.mne.gov.pt>, 07/05/2009. Efectivamente, a ciência e a alta tecnologia tornaram possível explorar novos mundos. E, não obstante vivermos numa era de abertura total, a fome é ainda uma causa de grande sofrimento, porquanto trespassa de forma quase similar todos os quadrantes e todas as populações num efeito voraz



que enfraquece os fundamentos da dignidade humana e o bem-estar das comunidades.

A par do fenómeno da pobreza, o avanço e a circulação impetuosa das sociedades contemporâneas geram sistemas de competitividade entre cidades e cidadãos onde impera o medo e um mundo “prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero” (Augé, 2005, p. 68) e onde as redes relacionais são, progressivamente, débeis (Bauman, 2006).

Efectivamente, a maneira como as pessoas se comportam umas com as outras e cada uma delas consigo própria, exige e obriga um maior esforço, no sentido de responder de forma humana e eficiente às exigências de uma população cada vez mais envelhecida e empobrecida. A propósito, Adalberto Dias de Carvalho (2000) escreve que:

*se olharmos com alguma minúcia o universo actual das ideias dominantes, verificamos que o humanismo que suportava, de uma maneira ou de outra, os ideologemas da liberdade, da autonomia e, cumulativamente, da dignidade do homem, é duramente fustigado pelas críticas do descrédito (p.83).*

Descrédito numa sociedade onde a qualidade e a satisfação de vida são submersos pelo peso dos valores instantâneos e superficiais; e de medo, perante a possibilidade (crescente) de perder o direito de se ser autónomo e responsável pelas suas acções e pelo determinar do seu percurso de vida, obviamente, ligadas por vínculos e redes de suporte estáveis e coerentes com os axiomas de uma sociedade verdadeiramente solidária e equitativa na partilha.

Mudar de atitude envolve uma responsabilidade colectiva, situação complexa na actual era da globalização onde o que sobressai são laços e redes de solidariedade ligados por infindáveis fios invisíveis e comunicações suspensas nesta “modernidade líquida” (Bauman, 2006); realidades jamais vividas (e pensadas) que se manifestam numa (outra) pobreza pautada por carências que não somente as de carácter económico, mas uma pobreza de “nós entre nós” (Carvalho, 2008) e onde as relações à distância põem por terra os princípios de uma sociedade de e para todas as idades. Evidentemente, um fenómeno diferente; mas uma problemática igualmente inquietante, porque geradora de solidão, de exclusão e, previsivelmente, minguada de recursos importantíssimos como são os afectos, o diálogo (presencial) e a cooperação.

Elementos decisivos para desenvolver a pessoalidade, discernimento e responsabilidade.

O desenvolvimento humano faz-se pela educação e pela aprendizagem constante, porquanto cria oportunidades únicas de conhecimento e de um crescimento sustentado no respeito, na dignidade e na autonomia. Valores fulcrais a fortalecer e que devem constituir herança a passar para as novas gerações. Para uma humanidade eficiente é preciso uma atitude positiva e sinergias capazes de fazer germinar uma cultura de responsabilidade ética cuja norma de acção seja a co-implicação e a solidariedade. Nesse sentido, há que assumir o comprometimento da pessoa, da família, da escola e, naturalmente, da sociedade.

## 2. Direitos perdidos ...

Porque é preciso garantir e preservar os Direitos Humanos, acordam-se políticas de natureza diversa (nacional e internacional) com objectivos precisos para erradicar a pobreza no mundo (Declaração do Milénio, 2000) e promover o diálogo e a interacção intergeracional (Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, 2002). Não obstante, estes fenómenos, nas suas múltiplas dimensões, permanecem longe de estar esgotados. Paulatinamente, as pessoas experimentam a perda e a transferência do controlo das suas vidas para mãos (diligentes porque profissionais e institucionais, é facto) que não as suas ou do núcleo restrito das suas afinidades familiares e ou de vizinhança.

A solidão efectiva coloca inúmeros desafios e, na maioria das situações, a emergência de políticas territorializadas cujo propósito é promover a inclusão e a coesão social. Ainda assim, respostas e soluções que descuidam, frequentemente, a multidimensionalidade dos contextos de vida destas pessoas, ideando respostas-tipo. Medidas descaracterizadas e sem futuro que o estudo atento dos diagnósticos e/ou programas de desenvolvimento local permite observar. Nesta como noutras abordagens, as acções são fragmentadas e sem um plano efectivo de desenvolvimento humano.

*O Estado e a sociedade democrática não podem apoiar a guetização dos velhos, mesmo que seja em boas instalações e com cuidados prontos (...). O conforto e o desenvolvimento humano requerem a combinação de formas diversas de ocupação e integração relacional (Silva, 2007, p. 58).*

A pobreza e isolamento mantêm-se, regra geral, questões centrais nos quotidianos (ambíguos) contemporâneos e, em particular, nas vidas das pessoas em situação de vulnerabilidade. Objectivamente, o reconhecimento do impacto social destas situações contribuiu de forma peremptória para o



desenvolvimento e definição das novas políticas de natureza sociopedagógica.

E, não obstante a finalidade que as anima: promover a qualidade de vida da pessoa e responder de forma global à ausência de uma retaguarda familiar eficiente (e.g. internamento em Lar) e/ou à falta de condições de vida digna (e.g. apoio domiciliário, complemento extraordinário de solidariedade), a um trabalho que estamos a desenvolver no âmbito do nosso projecto de pós-doutoramento a propósito das respostas e dos “cuidadores sociais e intervenção comunitária com e para as pessoas idosas”. Realidade é que, regra geral, os testemunhos narram vidas difíceis e direitos perdidos.

*Solidão é uma pessoa começar a ficar triste, é aquela coisa que a gente tem medo de dizer ... ficar triste ... é dizer ... não tenho dinheiro para comer ... trabalhei tanto ... para agora chegar ao fim ... tudo isto que vemos ao longe com os nossos olhos não é de ninguém ... não queria que a Nossa Senhora me deixasse sofrer ... se me desse uma morte ... se a gente se deitasse e adormecesse e não acordasse mais ... era a morte mais feliz ...* [Expresso, On-line], A pobreza no Porto, 12/05/2009.

Sentimentos que apelam a acções integradas e participadas e, fundamentalmente, estruturadas em ordem a princípios de uma sociedade que se deseja educadora e uma sociedade onde “há lugar para todos” (Pais, 2007).

E, francamente, “a única coisa que é necessária é tratar os velhos como cidadãos” (Silva, 2007, p. 58), porquanto, continua o mesmo autor, “os idosos não são clientes do estado, utentes do mercado ou assistidos das instituições religiosas. São membros de famílias e cidadãos de comunidades locais” (idem, p.58-59).

### 3. Resgatar a dignidade é preciso

A construção e promoção da dignidade humana é um processo complexo de conquistas intemporais. A dignidade humana suscita, cada vez mais, uma atenção reanimada pelas desumanidades cometidas em grupos e/ou pessoas a viverem em situação de fragilidade e evidente défice de exercício de cidadania. É facto o esforço crescente em prol da maior inclusão, reconhecimento e estatuto das pessoas, nomeadamente das pessoas idosas (Palmeirão, 2007). Não obstante, permanece uma atitude

preconceituosa e estereotipada da velhice e do envelhecimento. Uma luta crescente na nossa actualidade tal é o número de pessoas cuja idade desafia a longevidade potencial da nossa espécie.

Excluir as pessoas idosas da comunidade, significa enjeitar o nosso passado e, nessa perspectiva, o grande repto do tempo presente é erradicar os estigmas associados a estas pessoas que conquistaram a sua dignidade no labor diário de uma vida cujo privilégio é, na maioria das casos, a idade atingida (Palmeirão, 2002). O envelhecimento é um processo inato e universal que carece de melhor compreensão e, em particular, de um maior contributo da educação intergeracional. Uma exigência reiterada nos muitos trabalhos realizados em “socorro” da dignidade, do respeito e da autonomia da pessoa idosa (Palmeirão, 2007a).

No mundo actual, a tendência é valorizar o belo e a celeridade e, assim, enfatizar a supremacia dos mais jovens. Todavia, o contributo da pessoa idosa na vida (pessoal, familiar e/ou profissional) de cada um de nós é essencial e a oportunidade para resgatar valores dispersos no mundo global, onde a família enquanto lugar privilegiado de desenvolvimento e de cooperação desmorona (Rowland, 1997) com o eclodir de (outras) estruturas familiares impossibilitadas que estão (por razões económicas e de trabalho) de prover um cuidado e uma qualidade de vida efectiva (e afectiva).

A protecção e promoção da dignidade humana começam em cada um e está plasmada na Declaração Universal (art. 25, 1), onde se reitera o valor da “dignidade” enquanto alicerce da vida e onde se prevêem os direitos (ao trabalho, ao lazer e ao repouso, à saúde e à instrução) para o pleno e livre desenvolvimento humano.

*Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle* [On-line], <http://www.fd.uc.pt/>, 08/05/2009.

Resguardando-se, assim (em termos teóricos), o respeito por todas as pessoas independentemente das suas circunstâncias de vida ou de idade.



#### 4. Educação intergeracional: a relação com a mudança

Num mundo sem distâncias e de imprevisibilidades, o caminho intergeracional e entre gerações deve fazer-se seguindo um processo contínuo e num horizonte de comunicação activa onde a pessoa participa verdadeiramente com o seu saber e a sua experiência na e para a construção das modernas cidades educativas. Nesse desígnio, a educação intergeracional aparece como um ideal para o germinar de novas concepções e compreensões de vida, de longevidade e de aprendizagem e, naturalmente, para o accionar da mudança positiva das mentalidades e das relações. A arte de aprender ao longo da vida é crucial para a qualidade dos conhecimentos (e dos pensamentos) e o nutriente eficaz para fazer germinar atitudes, valores e competências esclarecidas e, um entendimento social colectivo. É talvez neste contexto que a educação intergeracional adquire estatuto e responsabilidade para reconceptualizar e fazer emergir alguns dos mais importantes valores sociais - respeito, dignidade e autonomia (Bales, Eklund e Siffin, 2000; Middlecamp & Gross, 2002; Palmeirão, 2007 e 2007a).

Valores que a escola está convocada a promover por via do desenvolvimento pessoal e social e pela partilha de saberes, enquanto missão reconhecida, porque geradora de mudanças positivas (Bales, Eklund, & Siffin, 2000; Klein, Council & McGuire, 2005). Naturalmente, o diálogo é o “instrumento” a privilegiar e o (melhor) estímulo para derrubar os muros do idadismo e para o edificar de um futuro onde a velhice e o envelhecimento sejam perspectivados como conquista (e privilégio) de um maior tempo de vida e garante de um comportamento cujo eixo se inscreve numa “ética do quotidiano” e não somente na “ética contemporânea” (Antunes, 2007, p.83). O que significa que o que se valoriza é o tempo intermédio e não o tempo que marca o início ou o fim da vida (Idem).

Ora, sendo as atitudes construções provisórias, faz sentido aportar à educação intergeracional, a partir da escola, a oportunidade para desconstruir “velhos mitos” e induzir, pelo contacto intergeracional, atitudes positivas e valores de respeito, de dignidade e de compromisso para com o futuro. Sendo indiscutível que o maior (e melhor) conhecimento do processo de envelhecimento é determinante no/para o devir saudável das próximas gerações.

Tomando como ponto de partida o projecto *redes de encontro intergeracionais* (Palmeirão, 2007a), e as acções de educação intergeracional desenvolvidas, durante o ano lectivo de 2005/2006, entre um grupo de crianças a frequentar o 4º ano de escolaridade e um grupo de senhoras e senhores de idade (à data a média de idade era de 76 anos),

apreendemos e reconhecemos o valor da educação intergeracional, enquanto acção educativa, para a mudança positiva de atitudes dos mais novos em relação aos mais velhos e dos mais velhos em relação aos mais novos. Efeitos testemunhados e reiterados pela grande maioria dos participantes - pais/mães/encarregados de educação, professores, colaboradores da instituição de residência das pessoas idosas e, em particular, pelas crianças e pelas pessoas idosas.

Com efeito, a avaliação dos diferentes momentos do programa de educação intergeracional, permite observar e aferir, pela aplicação de entrevistas individuais e colectivas (sob a forma de grupos de discussão) o desenvolvimento (e o impacto) das relações interpessoais geradas e as diferenças expressas (faladas, escritas e desenhadas) na personalização da pessoa idosa e, também, a “especial atenção dada às pessoas idosas” num tempo que transpõe a operacionalização (e mediação) do estudo (Palmeirão, 2007a, p. 257-263). Sinais (muito) positivos de mudança e do valor da educação para o aproximar das gerações (Palmeirão, 2008a) e para o edificar de uma sociedade que declara que todos os homens e mulheres são iguais em dignidade.

Reconhecendo que muitas são as acções desenvolvidas em prol da dignidade e da autonomia do ser humano, falta ainda um maior incitamento ao nível da educação intergeracional. Ao falar de educação estamos, naturalmente, a pensar em todas as dimensões e em todas as pessoas mas, de forma particular, pensamos na educação formal e nas crianças e jovens que têm uma longa esperança de vida e um futuro pautado pelo efémero e pelo medo de perder a sua condição humana e os direitos inalienáveis de uma vida feliz e digna. E, nesse horizonte, a responsabilidade maior na formação das pessoas e dos cidadãos cabe à família é óbvio, mas também e muito à escola e, de forma especializada, à educação intergeracional, acreditamos nós.

#### Bibliografia

- Augé, M. (2005). *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Editora 90º
- Bales, S. S., Eklund, S. J. e Siffin, C. F. (2000). Children's perceptions of elders before and after school-based intergenerational program. *Educational Gerontology*, 26, p. 677-689
- Barth, B. (1993). *O saber em construção. Para uma pedagogia da compreensão*. Lisboa: Instituto Piaget
- Bauman, Z. (2006). *Amor líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio D'Água



- Carvalho, A. (2000). Pobreza: novos impasses, novos sentidos? *A pobreza e a marginalização social do séc. XV aos nossos dias*. Porto: Universidade Portucalense
- Carvalho, Maria João (2008). «Nós» entre nós: um imperativo da pedagogia social e da educação social para a formação de competências e valores sociopedagógicos dos cuidadores sociais. Porto, UCP (Tese de Mestrado)
- Costa, A. (Coord) (2008). *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva
- Grilo, M. (2007). *Cidadania: uma visão para Portugal*. Lisboa: Gradiva, p. 65-73
- Klein, D., Council, K. J. e McGuire, S. L. (2005). Education to promote positive attitudes about aging. *Educational Gerontology*, 31, p. 591-601
- Lohman, H.; Griffiths, Y.; Coppard, B. e Cota, L. (2003). The Power of book discussion groups in intergenerational learning. *Educational Gerontology*, 29, p. 103-115
- Marx, M. S., Pannell, A. R., Pappura-Gill, A. e Cohen-Mansfield, J. (2004). Direct observation of children at risk for academic failure: benefits of an intergenerational visiting program. *Educational Gerontology*, 30, p. 663-675
- Middlecamp, M. e Gross, D. (2002). Intergenerational daycare and preschooler's attitudes about aging. *Educational Gerontology*, 28, p. 271-288
- Pais, Elza (2007). *Há lugar para todos*. 2007 | O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos em Portugal. Lisboa: CIG
- Palmeirão, C. (2002). Derrubar para mudar. Terceira idade: uma questão para a Educação Social. *Educação Social*. Porto: UPT, p. 35-49
- Palmeirão, C. (2007). O esforço do nosso tempo. Aprender na e com a vida as respostas da Pedagogia Social. *Cadernos de Pedagogia Social*. Lisboa: UCP, p. 125-134
- Palmeirão, C. (2007a). *A interação geracional como estratégia educativa: um contributo para o desenvolvimento de atitudes, saberes e competências entre gerações*. Porto: FPCEUP (Tese de Doutoramento)
- Palmeirão, C. (2008). A educação intergeracional no horizonte da Educação Social: compromisso do nosso tempo. *Cadernos de Pedagogia Social*. Lisboa: UCP, p. 81-100
- Palmeirão, C. (2008a). Aproximar gerações: o caminho da educação. *Rediteia*. Porto: REAPN, p. 23-25
- Rowland, R. (1997). *População, família, sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora
- Silva, A. (2007). Famílias, géneros, gerações: domínios esquecidos mas centrais da cidadania democrática. *Cidadania. Uma visão para Portugal* (2007). Lisboa, Gradiva, p. 47-63

## O SERVIÇO SOCIAL NA MEDIAÇÃO E ARTICULAÇÃO ENTRE SISTEMAS SOCIAIS E GRUPOS PROFISSIONAIS

Berta Granja

Instituto Superior de Serviço Social do Porto

### Resumo

Esta comunicação apresenta algumas possibilidades de procedimentos de mediação e articulação a desenvolver pelos assistentes sociais nos processos de intervenção social, mais concretamente no sistema educativo e de formação profissional.

Fazer a mediação nas relações sociais e articular objectivos, recursos, estratégias e modos do fazer social e profissional é uma actividade em que se ligam de forma complexa, populações, instituições e sociedade local com transacções e arranjos diversos onde se procuram pontos de passagem para que a acção se desenvolva. Essas aberturas são construídas pelas estratégias e tácticas da actividade dos profissionais para construir canais de comunicação eficazes, mediar interesses diversos e mesmo antagónicos na trama das relações sociais onde a acção social se desenvolve.

A mediação<sup>49</sup> como um mecanismo de regulação societal e interindividual entre a população e os diferentes sistemas sociais é essencial quando essa relação se torna difícil por falta de recursos diversos das populações e é necessário fortalecer o *eu* dos sujeitos para que estes se assumam com autonomia e adoptem um posicionamento activo relativamente ao seu próprio desenvolvimento e ao seu projecto de vida.

A intervenção social desenvolvida pelos assistentes sociais é influenciada por diferentes lógicas de acção que são definidas nas relações sociais pelos interesses e poderes em presença. Estas lógicas diversas fazem parte da acção humana e não podem ser olhadas como obstáculos, mas antes como plataformas de acção para criar possibilidades de as gerir e utilizar

<sup>49</sup> «La finalité ultime de la médiation consiste à produire le changement à travers de l'interaction» (ALMEIDA, 2001:65)